



Profissionais LTDA. Assinatura: 26/06/2017. Assinam: Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior, Procurador-Chefe Substituto da PRT-8ª Região, Sra. Lúcia de Fátima do Nascimento, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contratada: Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda. Inexigibilidades 009 e 0010/2017. Objeto: Participação, respectivamente, dos servidores Fabiano Raton Kummer e Sandra Suemi Sakamoto Pantoja no curso de Formação, Atualização e Capacitação de Gestores e Fiscais de Contratos de Compras e Serviços. Carga horária: 24 horas-aula. Valor Total: R\$ 5.000,00. Fundamento: Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. Curitiba, 23/06/2017. Reconhecimento: Diretor Regional. Ratificação: Procurador-Chefe.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contratada: Gelson Carlos Ribeiro. Contrato nº 017/2015. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Objeto: Prorrogar a vigência até 07/07/2018. Assinam: Gláucio Araújo de Oliveira, Procurador-Chefe, pela Contratante e Gelson Carlos Ribeiro pela Contratada. Curitiba, 22/06/2017.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica Nº 01/2017-A. Signatários: Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região, o SEBRAE-PB e o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas no Estado da Paraíba. Objeto: Disponibilização, pelo SEBRAE-PB, de 60 (sessenta) vagas para a oficina COMEÇAR BEM, composta de 4 (quatro) eixos de motivação para o empreendedorismo: a) ideia; b) construção; c) validação do negócio e d) elaboração do plano de negócio, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser denunciado ou rescindido, unilateralmente, de pleno direito, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estabelecidas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Assinam: Dr. PAULO GERMANO COSTA DE ARRUDA, Procurador-chefe da PRT13 Região, Dr. LUIZ ALBERTO GONÇALVES DE AMORIM, Diretor Técnico do SEBRAE/PB e Sr. ANTÔNIO DE PADUA DANTAS DINIZ, Presidente do Sindicato dos Motoristas na Paraíba. Data da Assinatura: 29/6/2017.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2017 - SRP

A PRT da 21ª Região/RN torna pública a realização do referido certame, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com vistas ao Registro de Preços para fornecimento eventual e futuro de materiais de consumo diversos, conforme as condições constantes do respectivo Edital e seus anexos. A abertura do evento acontecerá às 08h00 (de Brasília) do dia 12 (dois) de julho de 2017, através do site www.comprasnet.gov.br. O Edital acha-se disponível neste endereço eletrônico, bem como em www.prt21.mp.br. Outras informações poderão ser obtidas juntos aos Setores de Pregão e de Almoarifado: telefones 84.4006-2800 e 84.4006-2827, e/ou e-mails prt21.pregao@mpt.mp.br e prt21.almoar@mpt.mp.br, respectivamente.

ROMILSON SAMPAIO ALMEIDA
Pregoeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 23/2017-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Processo nº: 3.000.000.1.003802/2016-10. Contratada: JL ENGENHARIA - ME. CNPJ: 18.045.782/0001-40. Objeto: Prestação de serviços de adaptações e melhorias do restaurante e das entradas do Centro de Memória e do Bloco A do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar - PGJM, Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 18/2017-MPM, de 17/5/2017. PTERES 089730. Nota de Empenho nº: 2017NE000992, em 21/6/2017. Valor global: R\$ 174.000,00. Vigência: 27/6/2017 a 26/2/2018. Data de assinatura: 27/6/2017. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e José Láu Neto, pela contratada.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Universidade Federal de Pernambuco. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 26/06/2017 a 25/06/2020, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Paulo Sávio Angeiras de Goes, Pró-Reitor, pela UFPE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017063000139

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Faculdade de Direito de Santa Maria. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 01/07/2017 a 30/06/2020, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Eduardo de Assis Brasil Rocha, Diretor, pela FADISMA.

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2015-MPM. Processo nº: 3.05.000.1.000101/2017-05. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Andrade Serviços Gerais Ltda.-EPP. CNPJ: 04.231.640/0001-63. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços de conservação e limpeza, incluindo atribuições de copeiro(a), nas dependências da Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba(PR). Vigência: 4/5/2017 a 3/5/2018. Data de assinatura: 3/5/2017. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Guilherme Gonçalves de Andrade, pela contratada.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público Militar torna público o Aviso de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico 17/2017, cujo objeto consiste no registro de preços para o fornecimento de aparelhos telefônicos digitais e analógicos, destinado a suprir as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça Militar/PGJM e das Procuradorias de Justiça Militar em Bagé/RS, Fortaleza/CE, Manaus/AM e Rio de Janeiro/RJ. Vigência: de 28/06/2017 a 27/06/2018. Ata 3-A/2017 - J&M Comércio e Serviços de Telecomunicações e Informática LTDA-EPP (CNPJ: 03.056.608/0001-26), item 2; Ata 3-B/2017 - Phonoway Soluções em Telemática LTDA-EPP (CNPJ 00.875.135/0001-09), itens 11, 12 e 13; e Ata 3-C/2017 - Posteri Assessoria Técnica Ltda (CNPJ: 16.743.543/0001-39) itens 8, 9 e 10. Valor do registro de preços: R\$ 155.257,80. Processo SEI nº 3.00.000.1.003283/2016-55.

GILBERTO BARROS SANTOS
Diretor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 41/2017 UASG 200009

Processo: 08191048946201715. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para o eventual fornecimento de publicações bibliográficas existentes no mercado nacional, destinadas a comporem o acervo bibliográfico da Biblioteca do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 30/06/2017 de 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Sala 607, Ed. Sede do Mpdft Praça do Buriti - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/diatal/200009-05-41-2017. Entrega das Propostas: a partir de 30/06/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/07/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Pregoeira

(SIDEC - 29/06/2017) 200009-00001-2017NE000022

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 023/SG/MPDFT/2013. Processo nº 08190.311685/12-37. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.; CNPJ: 83.472.803/0001-76. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/6/2017 até 16/6/2018, consoante o disposto na Cláusula Décima Segunda - Prazo de Vigência, com amparo no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: MILTON JOÃO DE ESPINDOLA, Presidente. Data da assinatura: 16 de junho de 2017.

Espécie: 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/SG/MPDFT/2012. Processo nº 08190.158864/11-02. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: PERSONNALITÉ SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME; CNPJ: 04.477.223/0001-03. Objeto: Prorrogar a vigência contratual em até 12 (doze) meses, a contar de 25/6/2017 até 24/6/2018, consoante o disposto na Cláusula Décima Segunda - Prazo de Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: EDUARDO PEREIRA TOMAZ, Sócio-Diretor. Data da assinatura: 21 de junho de 2017.

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato-ISC nº 4/2015, celebrado entre o TCU e o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE); b) OBJETO: prorrogação da vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura do aditivo (22/6/2017); c) PROCESSO: TC-003.064/2015-8; d) FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e) SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante, Ministro Raimundo Carreiro, e, pela contratada, Paulo Henrique Portela de Carvalho e Maria Osmarina do Espírito Santo Oliveira.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS AO ESTADO E DAS REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM GOIÁS

EDITAL Nº 18, DE 28 DE JUNHO DE 2017

TC 017.941/2015-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a empresa VE Engenharia Ltda., CNPJ: 05.466.878/0001-30, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e/ou art. 202, incisos I e II, do RIT/TCU), abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 6/6/2017: R\$ 220.321,61; em solidariedade com o Sr. Geraldo Messias Queiroz (CPF: 457.320.356-72). Os débitos decorrem da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de Águas Lindas de Goiás/GO, em razão da execução parcial do objeto do Convênio 2436/2005, referente a não conclusão das obras da Unidade Jardim América II e da Unidade Jardim das Laranjeiras, contrariando a alínea "a" do inciso II do artigo 38 da Instrução Normativa STN 1/1997. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 6/6/2017: R\$ 277.072,09; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas sanará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal. Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos dos débitos com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-GO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

PAULO HENRIQUE NOGUEIRA
Diretor

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NA PARAÍBA

EDITAL Nº 46, DE 27 DE JUNHO DE 2017

TC 010.718/2014-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Francisco Umberto Pereira, CPF 488.952.534-34, do Acórdão 3238/2017-TCU-Segunda Câmara, Sessão de 11/4/2017, proferido no processo TC 010.718/2014-1, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5) os valores históricos, atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 27/6/2017: R\$ 187.709,80; sendo R\$ 26.962,17 individualmente e R\$ 160.747,63 solidariamente com JI Construções Cívica Ltda - ME, CNPJ 07.149.739/0001-09. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.